

RUÍNAS DE UM FUTURO

Entre a memória e o esquecimento nos tempos de Gaia

RUINS OF A FUTURE

Between memory and forgetfulness in the times of Gaia

Lara Stival Garrote¹ e Bárbara Gonçalves Guazzelli²

Resumo

Na contemporaneidade, testemunhamos paisagens que refletem um mundo em ruínas, onde a intrusão de Gaia desafia a concepção linear de que o passado e o presente naturalmente desembocam no futuro, seguindo um curso previsível da história. O Antropoceno, como um palimpsesto das ações desmedidas de formas de exploração pelo Homem, exige novas abordagens na maneira de pensar sobre o tempo. A reflexão sobre a dimensão da memória nesse contexto demonstra ser crucial. Em um momento que rompe com a excepcionalidade humana e evidencia a sua finitude, como a dimensão da memória nos ajuda a compreender o Antropoceno? Como a consciência de viver em uma nova época geológica afeta sua dimensão, as escalas de lembrança, de esquecimento e apagamento? Este ensaio busca problematizar não apenas o(s) paradoxo(s) da dimensão da memória, mas também demonstrar como esta pode nos ajudar a procurar nas ruínas o que temos disponível como parceria para uma Terra habitável.

Palavras-chave: Antropoceno, memória, esquecimento, futuro.

Abstract

In contemporary times, we witness landscapes that reflect a world in ruins, where Gaia's intrusion challenges the linear conception that the past and present naturally lead into the future, following a predictable course of history. The Anthropocene, as a palimpsest of humanity's unchecked actions of exploitation, demands new approaches in the way we think about time. Reflecting on the dimension of memory in this context proves to be crucial. At a time that breaks with human exceptionalism and underscores its finitude, how does the dimension of memory help us understand the Anthropocene? How does the awareness of living in a new geological epoch affect its dimension, the scales of remembrance, forgetting, and erasure? This essay seeks to problematize not only the paradoxes of the dimension of memory but also to demonstrate how it can help us search within the ruins for what we have available as a partnership for a habitable Earth.

Keywords: Anthropocene, memory, forgetfulness, future.

A intrusão de Gaia: fim da história e memória?

Na contemporaneidade, as paisagens do nosso mundo estão repletas de ruínas. O conceito de Paisagem, aqui, vai além da representação visual das condições atuais do mundo, especialmente em relação às mudanças e impactos da interação humana com o ambiente. A noção atual de Paisagem envolve a forma de ver e viver o mundo, sendo uma expressão fiel da existência que não se limita ao visual e à experiência representacional, mas sim à experiência vivida, de sentir e existir no mundo. Besse (2006, p. 92), sobre a Paisagem, destaca que ela “carrega um sentido, porque é a marca espacial do encontro entre a Terra e o projeto humano”. Que significado possuem, então, as ruínas nesse contexto?

A maneira como a figura humana, nos moldes do capitalismo transnacional, industrial e neoextrativista, se relaciona com a vida e matéria no planeta, culminou no que tem sido denominado Antropoceno. Este seria um novo período geológico caracterizado pelo deslocamento escalar das diversas formas de exploração relativas aos modos de construção do mundo moderno pelo Homem, debate que afeta os estudos ambientais, assim como as Ciências Humanas e Sociais.

O termo Antropoceno foi cunhado pelo químico Paul Crutzen e o ecólogo Eugene Stoermer nos anos 2000, destacando as mudanças irreversíveis causadas pela queima de combustíveis fósseis e alterações na paisagem, que nos levariam a uma situação de “fim do mundo” (Krenak, 2019). Desde então, muitos cientistas sociais, antropólogos, geógrafos e demais pesquisadores das humanidades têm apontado as controvérsias e as limitações associadas ao termo e ao momento preciso de seu início. Em março de 2024, porém, a Comissão Internacional de Estratigrafia, organismo da União Internacional de Ciências Geológicas, apontou que ainda não há indícios suficientes para se afirmar o início de uma nova época geológica. Apesar disso, o termo Antropoceno continua a ser largamente aplicado no debate sobre as transformações ambientais e suas consequências para a vida na Terra.

Mas as particularidades dessa discussão têm suscitado a busca por termos mais adequados do que *Antropoceno*. O caráter genérico da humanidade implicada na palavra *antropo*, por exemplo, levou o sociólogo e geógrafo Jason Moore a introduzir em suas análises o termo *Capitaloceno*, como extensão crítica ao conceito de Antropoceno. Isso porque, para Moore (2022), as crises ambientais não são simplesmente o resultado da ação humana, mas são moldadas por relações sociais específicas, especialmente aquelas relacionadas à produção e acumulação de capital. Capitaloceno, portanto, não se refere apenas ao sistema econômico e social, mas trata-se de uma Ecologia-Mundo de poder, trabalho e multiespécie, capaz de organizar e transformar a natureza, as condições de vida e as paisagens como um todo, à sua imagem e lógica.

Por sua vez, as antropólogas Anna Tsing e Donna Haraway trazem como alternativa o termo *Plantationoceno*³, em alusão ao modo de exploração iniciado com a invasão europeia no Sul Global, focalizando as disparidades fundamentais, as transformações e as contradições resultantes da consolidação global do sistema *plantation*. O Plantationoceno abarca intrincadas redes de precariedades que surgem dos processos e relações inerentes à disseminação massiva da monocultura escravista, que abrange plantas, solos, animais e seres humanos. Além disso, aborda as economias extrativas de subjugação, incluindo a diáspora africana, bem como a violência socioambiental

1 Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Uberaba, UNIUBE e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

2 Doutora, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Uberaba, UNIUBE e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC / IAU - USP.

3 O termo Plantationoceno surgiu durante uma mesa redonda realizada na Dinamarca em outubro de 2014, que reuniu antropólogos, filósofos e geógrafos para debater as condições e contradições do Antropoceno. Posteriormente, as discussões desses pesquisadores foram transcritas e publicadas na revista *Ethnos* (Haraway et al., 2016).

que resulta em ecocídios, genocídios e epistemicídios das populações originárias nos territórios colonizados (Tsing, 2015; Kilomba, 2019).

Contudo, não é o intuito deste trabalho discutir os muitos nomes que compõem o Antropoceno, uma vez que ainda não somos capazes de abordar essa problemática em sua totalidade. Como afirma Renzo Taddei et al (2020), essa busca pelo termo “correto” é, na verdade, uma sintomática de como nossas mentes estão colonizadas por ideias positivistas sobre a realidade, impedindo-nos de abordar de maneira produtiva o problema ou, como coloca Tsing (2015), o estado de precariedade que o termo tenta descrever. Sendo assim, neste artigo será adotado o termo Antropoceno sem desconsiderar o contexto pós-moderno e suas diferentes camadas de complexidade, caracterizado pela fragmentação, diversidade e pluralidade de perspectivas (Lyotard, 2008; Harvey, 2004).

Considerando-se, portanto, as diferentes dimensões compositivas de uma paisagem, entre elas a dimensão poética-simbólica que comumente o ambiente natural inspira, aqui denominamos *Gaia* a Mãe-Terra, inspiração advinda também dos textos de Latour (2020). A intrusão de Gaia no nosso sistema-mundo-ocidental seria o reflexo do fracasso das promessas modernas de progresso ininterrupto. Gaia, neste artigo, também se referencia à hipótese desenvolvida por James Lovelock e Lynn Margulis (1974), a qual propõe que a Terra seja um sistema vivo e autorregulado, onde todos os organismos, juntamente com o meio ambiente físico, interagem para manter as condições adequadas para a vida. De acordo com essa teoria, a biosfera e os processos geofísicos da Terra estão interconectados de forma a manter o equilíbrio ecológico, incluindo a temperatura, a composição atmosférica e a salinidade dos oceanos. Nesse sentido, o conceito de Gaia enfatiza a interdependência entre os seres vivos e o ambiente em que habitam.

Confundida com uma Natureza distante, mecânica e estática, porém, Gaia nos confronta com a tentação de reduzir a um simples problema o que é um acontecimento (Stengers, 2015), um resultado histórico de variadas e sucessivas interações entre seres humanos e não-humanos, os quais agem uns sobre os outros para permanecerem (re)existindo (Tsing, 2015). Nesse processo, ressalta-se que as perturbações de Gaia diante das infraestruturas humanas imperiais e industriais são indiferentes socialmente, espacialmente e temporalmente, como aponta Stengers (2015):

Gaia é caprichosa, e é por isso que deve ser nomeada como um ser. Já não lidamos com uma natureza selvagem e ameaçadora, nem com uma natureza frágil que precisa ser protegida, nem com uma natureza que pode ser explorada à vontade. O caso em questão é novo. Gaia, aquela que interfere, não nos pede nada, nem mesmo uma resposta à pergunta que impõe. Ofendida, Gaia é indiferente à pergunta “quem é o responsável?” e não age como uma justiceira; parece que as regiões da Terra que serão afetadas primeiro serão as mais pobres do planeta, sem mencionar todos esses seres vivos que não têm nada a ver com o assunto. Isso não significa, de forma alguma, justificar qualquer indiferença em relação às ameaças que pairam sobre os seres vivos que habitam esta Terra conosco. Simplesmente, não é algo relacionado a Gaia (Stengers, 2015, p. 39).

Assim, o resultado que se tem na atualidade é a configuração de paisagens antropocênicas pós-modernas, que emergem constantemente como testemunhos da herança da espécie humana no mundo⁴. Assistimos a uma ampla gama de eventos no cenário contemporâneo, que vão desde as mudanças climáticas e as crises socioambientais, até uma série de desastres-crimes ocasionados pelos impactos da mineração e extração, pelo rompimento de barragens e seus rejeitos tóxicos, passando por áreas devastadas pelo desmatamento desenfreado, manchas de poluição e de radioatividade que atingem os oceanos. A isso, somam-se inúmeros processos de migração e deslocamento populacional, traumas decorrentes de tais eventos catastróficos, e a ruptura dos modos de existência tradicionais, ecossistemas e cotidianos.

O sentimento de proximidade do “fim” – da história, do tempo e da narrativa – resultante da irrupção indiferente de Gaia tanto em nosso mundo físico quanto na ruptura epistemológica formadora da modernidade ocidental, nos conduz também à angústia de perda – ontológica, mnemônica, ideológica e ambiental (Torres, 2020). Tal colocação não apenas tensiona o sentimento de continuidade e coerência em relação ao futuro, mas também nos reorienta a olhar para o passado. É neste sentido que pensar (n)o Antropoceno exige reconhecer que este transcende o colapso da questão climática e da biodiversidade, sendo múltiplos os seus desdobramentos. Trata-se, na verdade, de um problema planetário, com ramificações que se estendem por diversas esferas, desde as sociais e políticas até as econômicas e culturais.

Nesse contexto, cabe a reflexão sobre como nos encontramos em tempos de catástrofes (Stengers, 2015), que desterritorializa humanos e não-humanos, e sobre os desafios do campo da memória e do esquecimento diante das transformações constantes do nosso presente. Assim, em um momento que rompe com a excepcionalidade humana, como olhar para a dimensão da memória nos ajuda a compreender o Antropoceno? Como a consciência de viver em uma possível nova época geológica definida pelas ações dos seres humanos afeta sua dimensão, as escalas de lembrança, de esquecimento e apagamento?

Segundo o historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2009), o colapso atual pode precipitar um sentido do presente que desmembra o futuro do passado, ao colocar tal futuro além do alcance da sensibilidade histórica. Ainda conforme o autor, as práticas históricas usuais para visualizar tempos – passados e futuros – são lançadas em uma profunda contradição decorrente do nosso senso contemporâneo, na medida em que esse presente dá origem a preocupações sobre nosso futuro, o qual é potencialmente destrutivo. Neste sentido, Chakrabarty (2009, p. 197, tradução própria) afirma que: “A disciplina da história existe tendo como pressuposto que nosso passado, presente e futuro estão ligados por uma certa continuidade da experiência humana”⁵.

Nora (1993) aborda que a História requer a reconstrução, sempre problemática e incompleta, de um passado, demandando análise de detalhes e discurso crítico para sua vocação universal. Por outro lado, a memória atua no presente, é um processo em permanente construção e evolução que, subordinado à dinâmica social, encontra-se na linha tênue entre a lembrança e o esquecimento, sendo, portanto, vulnerável a todos

4 Chakrabarty (2009) sugere que nós, humanos, devemos nos entender como uma espécie, sendo esta a única responsável por uma era geológica marcada por alterações irreversíveis no sistema Terra, as quais teremos que enfrentar como parte de nossa própria história. Pensar como espécie humana permite reconhecer nossa interconexão com um complexo ecossistema composto por diversas espécies, tanto humanas quanto não humanas, desafiando a dicotomia Natureza e Cultura.

5 Texto original: “The discipline of history exists on the assumption that our past, present, and future are connected by a certain continuity of human experience” (Chakrabarty, 2009, p. 197).

os usos, manipulações e formas de apagamentos (Nora, 1993). Assim, a memória é elemento essencial para a formação da identidade de uma sociedade e de um povo e, enquanto exercício crítico em relação ao passado, se constitui também como objeto do conhecimento histórico (Meneses, 1992). Neste aspecto, sua elaboração está no presente, permitindo a criação de parâmetros necessários para compreensão do futuro.

Diante disso, pode-se dizer que o Antropoceno, como um palimpsesto, um registro histórico e até mesmo uma cicatriz das ações desmedidas de inúmeras formas de exploração, exige novas abordagens na maneira de pensar sobre o tempo. Ao reconhecer o Antropoceno como um registro histórico e desafiador, é vital aprender com os erros do passado e evitar repetições. A preservação da memória não apenas fornece entendimentos valiosos sobre os impactos humanos no planeta, mas também orienta ações e decisões presentes, alimentando uma consciência crítica e responsável. Em última análise, pensar sobre a preservação da memória não é apenas um exercício acadêmico, mas uma medida essencial para a continuidade e qualidade de nossa existência em meio aos desafios do Antropoceno.

O(s) paradoxo(s) da memória e o Antropoceno

Vivemos em uma era que desafia nossa concepção linear de passado, presente e futuro. As transformações temporais atuais parecem minar a ideia tradicional de que o passado e o presente naturalmente desembocam no futuro, seguindo um curso previsível da história. Essa visão simplista e secular do tempo é confrontada pela complexidade do presente, especialmente diante de Gaia (Latour, 2020a; Stengers, 2015), que nos obriga a repensar as narrativas de progresso ou a simples expectativa de que os eventos continuem a se suceder.

O Antropoceno enquanto a caracterização de uma nova época, por esse ponto de vista, pode ser interpretado enquanto um registro histórico que aponta como o desenvolvimento das inscrições humanas é um arquivo pelo qual o passado e o futuro do Homem podem ser lembrados. A abordagem da memória é essencial nesse contexto, pois captura a dinâmica de retorno do passado, não apenas por meio da permanência de objetos históricos e arquiteturas, mas também das narrativas, das formas de pensar, da ascensão e prevalência de ideias de segurança, prosperidade, liberdade e da instrumentalização da natureza. É também por isso que entender o Antropoceno requer uma análise abrangente que inclua tanto as mudanças culturais quanto as mudanças biológicas, físicas e químicas associadas a ele.

Por outro lado, a crescente popularidade da dimensão da memória, tanto em termos de estudos acadêmicos quanto em projetos político-culturais, levantou debates que questionam, ao longo das últimas décadas do século XX, as transformações nos cenários urbanos, nos espaços virtuais e nos novos sentidos de memória histórica na contemporaneidade. Huyssen (2000), por exemplo, discute como esses eventos interferiram na dimensão da memória, que passou a se inserir nos mais diferentes campos de estudo. De acordo com Huyssen (2000), é ao longo do *fin de siècle* que se evidencia um deslocamento no tempo e nas formas de sensibilidade, o que o autor denomina *futuros presentes para passados presentes*. Isso porque a emergência da memória e a obsessão pelo passado nas sociedades ocidentais contrasta com décadas de rejeição pelo Modernismo, que até então buscava excessivamente o novo e o futuro.

Esse fator desencadeou um processo de comercialização – bem-sucedida, diga-se de passagem – da memória pela indústria cultural. Huyssen (2000) identifica esse processo como *cultura da memória*⁶ que, com os avanços tecnológicos dos meios de informação e de comunicação em massa, estimulou a musealização do mundo e da vida cotidiana, na qual o objetivo é a recordação de proporções monumentais em todo o planeta.

Para Sarlo (2005), por sua vez, o tempo presente, já bastante desgastado por sua aceleração, produz um vazio do passado que a dimensão da memória tenta incansavelmente compensar. Podemos relacionar a afirmação de Sarlo (2005) ao conceito enfatizado por Huyssen (2000) sobre a tendência de resgatar determinadas lembranças, o qual ele descreve como a *síndrome da memória*, uma resposta ao crescente receio de um futuro cada vez mais instável. Diante da insegurança em relação ao que está por vir, sentimos o impulso de buscar conforto em certas recordações do passado.

Nesse cenário, uma das críticas fundamentais de Huyssen (2000) à obsessão da sociedade moderna e contemporânea pelo passado é a sua observação de que a memória, em suas diversas manifestações, formas e conteúdos, é apropriada pela lógica capitalista e transformada em mercadoria a ser comercializada, espetacularizada e consumida. A lógica neoliberal, ao se apropriar da memória, provoca a fragilização das relações que a compõem e o esvaziamento de seu sentido, interferindo também na própria compreensão da história. Como aponta Huyssen (2000, p. 18): “[...] muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são ‘memórias imaginadas’ e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas”.

Paralelamente a um passado constantemente reivindicado, inclusive por “memórias imaginadas”, os processos de rememoração implicam, mutuamente, na produção de esquecimentos (Huyssen, 2000). Em vista disso, há sempre a seleção de quais passados serão contados e lembrados. Deparamos, então, com estratégias de rememoração que, por fim, são sempre transitórias, incompletas e passíveis de serem esquecidas e apagadas do discurso oficial hegemônico. Ou seja, ao mesmo tempo em que há a preservação de certas lembranças, patrimônios (materiais e intangíveis), objetos históricos, narrativas, tradições e modos de viver, os quais representam os interesses de uma determinada sociedade (neste caso, ocidental, capitalista e pós-colonial), há, do outro lado, o esquecimento e apagamento daquilo que não é considerado digno de se preservar.

Sarlo (2000; 2007), nesse sentido, aborda uma questão crucial: frequentemente, tendemos a elevar a memória a um patamar superior à reflexão, transformando-a em monumento. Ao debater os anos da ditadura argentina durante a Guerra Fria, a autora argumenta que existe a tendência de dar mais valor à memória do que à análise crítica dos eventos. Para Sarlo (2000; 2007), o exercício reflexivo e a dimensão da lembrança são condições indispensáveis para o presente. Ambos são essenciais e indivisíveis. Refletir sobre a história do tempo presente implica, em grande medida, construir uma perspectiva tanto em relação ao passado, como um espaço de experiências vividas, quanto em relação ao futuro, como um horizonte de expectativas. Nesse sentido, embora frequentemente reduzida a um dispositivo de armazenamento de referenciais do passado, podemos dizer que a experiência da memória é baseada nas vivências

⁶ De acordo com o autor, a disseminação geográfica da cultura da memória teve como consequência o aumento de processos de requalificação e revalorização de centros históricos e áreas industriais, a produção de novos monumentos, arquiteturas de museus e objetos ligados à atividade turística-econômica, além de produções cinematográficas, documentários e obras literárias, sendo elas supérfluas ou relevantes (Huyssen, 2000).

sociais e culturais que devem sempre nos conduzir ao exercício de reflexão para a construção do futuro. Contudo, as transformações nas temporalidades, provocadas pela rapidez das inovações técnicas, científicas, culturais, além dos novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade, produzem a sensação de encolhimento nos horizontes de tempo e espaço. Assim, a memória novamente se depara com uma encruzilhada, oscilando entre ser capturada pelas estratégias do capitalismo neoliberal para a consolidação de mercados de memórias, os quais representam os valores e ideais de uma sociedade (Huyssen, 2000), ou ser transformada em algo fluído, transitório e efêmero (Sarlo, 2000). No caso desta última, lidar com tais narrativas instantâneas, marcadas pela influência do tempo, parece também ser da natureza intrínseca da dimensão da memória na atualidade.

O constante retrato do presente em nossos dispositivos eletrônicos, como *smartphones*, televisões e rádios, é uma característica marcante da contemporaneidade, impulsionada pelo crescimento das mídias e pelas pressões das novas tecnologias de informação. No entanto, essa exposição muitas vezes resulta em um rápido esquecimento dos acontecimentos recentes. Além disso, a velocidade com que as informações são compartilhadas em nosso cotidiano, muitas vezes sem verificação adequada, também contribui para a disseminação de *fake news*. Em meio ao cenário antropocênico, os eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, a exemplo das tragédias ocasionadas pelos desastres-crime em Minas Gerais e, mais recentemente, em Maceió; além das enchentes no Rio Grande do Sul; do tsunami que atingiu os reatores em Fukushima; do desmatamento e das queimadas na Amazônia, Pantanal e Cerrado, assim como na Austrália e Califórnia, emergem impactantes mas acabam “caindo no esquecimento”, evidenciando novamente os paradoxos da memória.

Nas primeiras páginas de *Onde Aterrar?*, Bruno Latour (2020b) introduz a hipótese que ele denomina de *ficção política*, para compreendermos a conjuntura social e política global atual, profundamente afetada pelo colapso ecológico. Segundo Latour (2020b), a desregulamentação do Estado após a queda do Muro de Berlim, a explosão das desigualdades sociais e a refutação das mudanças climáticas são sintomas da ausência de noção de um mundo comum na sociedade contemporânea. Apesar das inúmeras evidências de falência do paradigma de progresso e do modelo econômico de crescimento ilimitado, a continuidade do imaginário desenvolvimentista tem desafiado a história e a dimensão da memória social, com os eventos sendo reinterpretados e representados muitas vezes a partir de perspectivas negacionistas, que minimizam ou distorcem a gravidade dos colapsos ambientais e sociais.

Além disso, as transformações no meio ambiente desencadeiam uma crise de escala mundial que destaca as lacunas do uso do termo “sustentabilidade” e as crises da democracia. Podemos correlacionar os processos de amnésia e a própria negação desses eventos críticos com o avanço do conservadorismo no Brasil, principalmente após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, a eleição de Jair Bolsonaro em 2019 e até o grande número de eleitores que apoiaram sua candidatura na disputa das eleições presidenciais de 2022, mesmo após seu posicionamento durante a pandemia de Covid-19. Tais exemplos nos fazem retomar a crítica de Sarlo (2000; 2007), sobre como priorizamos a transformação de certas memórias em monumentos, como algo mais importante do que o exercício de reflexão que estas conduzem, ou que deveriam conduzir.

Assim, se Huyssen (2000) já afirmava que as memórias do século XX, ao invés de confortar, demonstravam uma história de genocídio e destruição em massa, barrando qualquer tentativa de glorificar o passado, essa tendência parece continuar na atualidade diante da incerteza científica sobre a própria possibilidade de futuro. Sem dúvida, uma sequência de desdobramentos ocasionados por anos de dominação e

transformação de humanos e não-humanos em recursos, explorados pelo capitalismo e pelos sistemas *plantation* nas relações coloniais e pós-coloniais, colocam em evidência o processo de ruína de nossa civilização global (Danowski; Viveiros de Castro, 2014). A degradação já em curso, intensificada, acelerada e, em muitos aspectos, irreversível, das condições ambientais que caracterizaram a vida humana durante o Holoceno⁷, é substituída pelo Antropoceno.

Danowski e Viveiros de Castro (2014) apontam que o Antropoceno se refere ao fim de uma epocalidade no que concerne à *espécie* humana. Segundo os autores, embora tal epocalidade tenha sido iniciada por nós, é provável que chegue ao fim sem a nossa presença, dando lugar a outra época geológica muito após termos desaparecido da face da Terra. São inúmeras as tonalidades apocalípticas que remetem às ficções científicas *blockbuster*, mas que colocam a hipótese de que pode não haver futuro. Eventos extremos como secas e chuvas intensas, o aumento no nível do mar e as extinções biológicas causadas por incêndios e pandemias, além dos exemplos citados anteriormente, são efeitos perversos de retroalimentação que nos impele a refletir sobre a maneira com que temos nos relacionado com o mundo.

Portanto, voltemos aos paradoxos da memória. Por um lado, podemos refletir que a Terra se constitui enquanto um sistema vivo e local onde todos os seres vivos fazem alterações em seu meio, e todos evoluem em resposta a tais alterações; isso, supostamente, constitui formas distintas e particulares de memória. Por outro lado, tal observação nos força a lembrar que nosso presente é o Antropoceno, um palimpsesto de acumulação da história de ações de determinados humanos, e também um embaralhamento dos sistemas de memórias da Terra que foram reproduzidas em nome do progresso civilizatório ocidental. Assim, em um exercício de reflexão, devemos retornar nosso olhar não apenas para as narrativas que foram construídas e lembradas até aqui, mas também aquelas que foram excluídas nesse processo, tendo em vista que a produção de memória e de esquecimento/apagamento são complementares.

Diante dessas considerações, o reconhecimento do Antropoceno como uma nova época geológica é um convite para o questionamento daquilo que nos conduziu ao estado de precariedade atual, ao mesmo tempo que nos induz a voltar o nosso olhar para o que sempre esteve à margem, isto é, o que ficou no campo do esquecimento: memórias outras, de modos de vida e formas de pensar e existir que foram ignoradas e apagadas pela dicotomia natureza-cultura na sociedade racional-moderna-ocidental. Apesar da história humana já ter lidado com diversas crises, ela jamais passou por uma ameaça como a que está em curso, não apenas em relação às mudanças climáticas, ao aquecimento global e à perda da biodiversidade, mas também às problemáticas socioculturais. As chances de prolongar nossa estadia parecem depender da nossa capacidade de reflexão sobre o passado e o aprendizado com muito do que foi esquecido ao longo dos tempos, de forma a buscar direcionamentos possíveis para a nossa continuidade.

⁷ De acordo com especialistas das áreas de geologia, paleontologia, química e física, há aproximadamente 11.700 anos, teve início o período conhecido como Holoceno. Esta era geológica, que sucedeu a última era glacial, é notável por suas mudanças climáticas relativamente estáveis e por ter proporcionado o surgimento e desenvolvimento das civilizações humanas.

Há memórias por vir? Notas sobre as possibilidades para a construção de um futuro

As paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína. Ainda assim, esses lugares podem ser animados apesar dos anúncios de sua morte; campos de ativos abandonados às vezes geram novas vidas multiespécies e multiculturais. Em um estado global de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína (Tsing, 2015, p. 46).

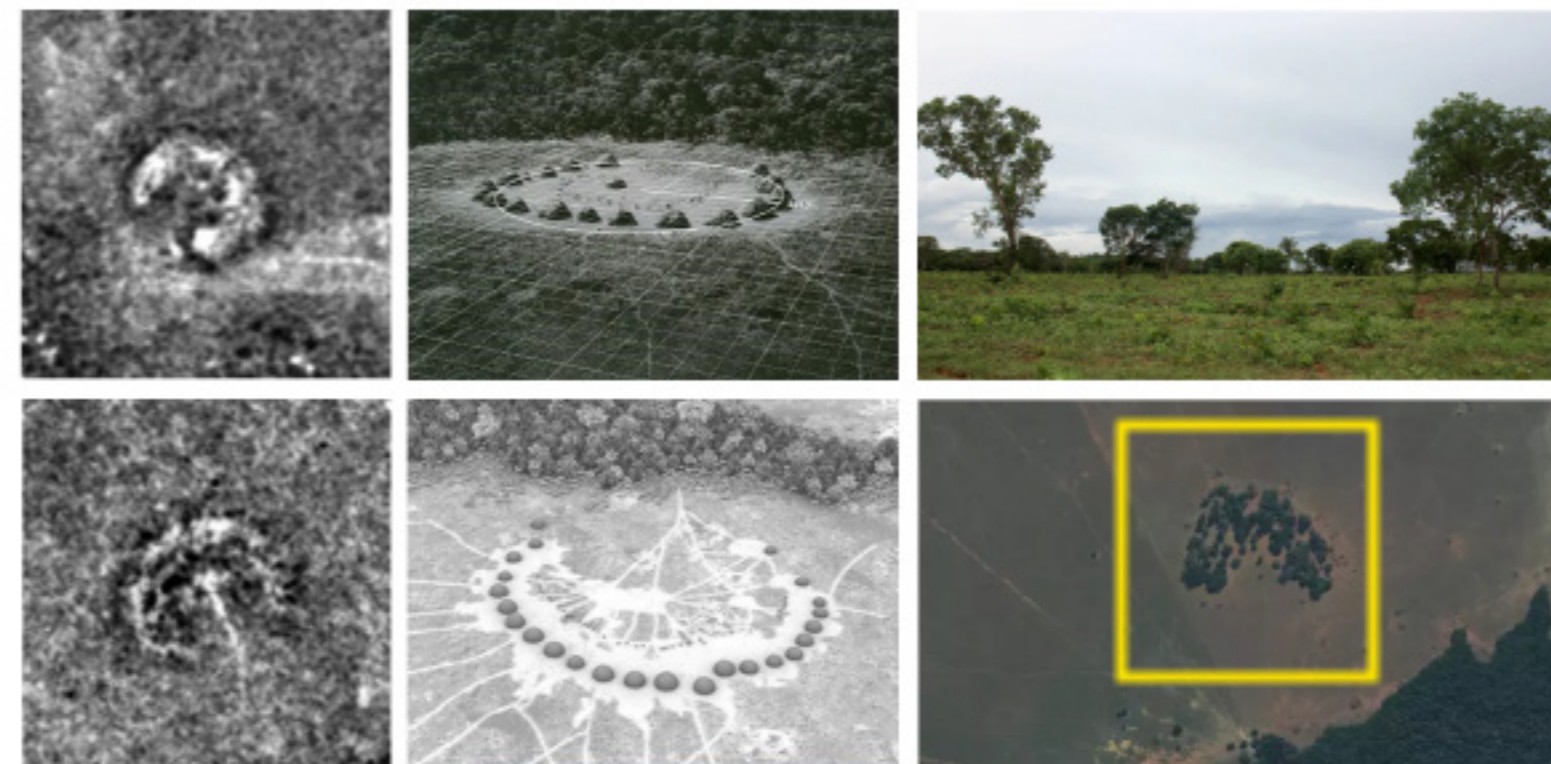
Em uma inusitada perseguição etnográfica atrás do cogumelo do tipo *matsutake*, o mais caro do mundo, e também das intrincadas redes (sociais, culturais, ecológicas e mercadológicas) em torno deste, Tsing (2015) aponta para a habilidade singular do mesmo de prosperar tanto em meios resultantes do trabalho pacífico e equilibrado das *satoyamas* – florestas japonesas representativas da coexistência harmoniosa entre humanos e natureza –, quanto em ambientes degradados, emergindo em meio às ruínas de paisagens devastadas⁸.

Assim como Tsing (2015; 2019) enxerga nas ruínas das infraestruturas humanas industriais e imperiais as possibilidades de locais de pesquisas, Paulo Tavares et al (2023), afirma que a maneira como a história da arquitetura foi sendo construída está sempre remetendo de alguma forma às evidências arqueológicas. Para Tavares (2023), a ruína pode atuar como nossa fonte epistemológica, a qual possibilita reconstituir memórias outras, multiespécies, que foram apagadas e esquecidas no curso do processo de progresso da história oficial.

Dentro desse contexto teórico que valoriza a ruína como fonte de conhecimento, destaca-se a pesquisa *Memória da Terra*, comissionada pelo Ministério Público Federal atrelado a uma ação civil pública, a qual busca a reparação dos povos Xavante que se situavam no território de Marãiwatsédé, espaço geograficamente delimitado entre o Rio das Mortes, o Rio Tapirapé e a Serra do Roncador, no estado do Mato Grosso. O estudo, liderado por Paulo Tavares (2020), foi conduzido através da análise de imagens de satélite, pesquisas bibliográficas, documentais e etnográficas, com o objetivo principal de registrar e, sobretudo, denunciar a dispersão forçada do considerável grupo indígena ocorrida entre 1940 e 1970. A diáspora foi promovida pelo governo militar brasileiro e por conglomerados empresariais que estabeleceram extensas áreas de latifúndio na região, destinadas à pecuária e ao cultivo de soja.

A remoção dos povos originários Xavante estava relacionada às políticas oficialmente designadas como “atração e pacificação”, promovidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), visando a “ocupação e integração” dos “vazios demográficos”, termo que sustentava o projeto desenvolvimentista militar em territórios indígenas. Esta política de apagamento (Tavares, 2020) viabilizou o megaempreendimento agropecuário denominado Fazenda Suiá-Missu. Esse acontecimento evidencia como nosso passado recente, marcado por uma falta de reflexão crítica, continua a reverberar nos dias de hoje, através da perpetuação de sistemas de violência contra os povos originários, na maneira pela qual o Estado, a sociedade e as instituições se relacionam com essas populações.

⁸ Segundo a autora, os ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki, além de todo trauma e sofrimento, deixaram um solo extremamente fértil para a proliferação do *matsutake*, que se tornou uma espécie de símbolo de renascimento e resiliência na cultura japonesa, apesar de carregarem consigo uma considerável carga de radioatividade (Tsing, 2015, p. 41). Assim, Tsing (2015) questiona se não haveria uma outra maneira de habitar as ruínas do mundo contemporâneo por meio de sobrevivências colaborativas menos agressivas.



Diante da contínua ameaça do agronegócio e do próprio poder público⁹, a pesquisa de Tavares (2020) junto aos povos Xavante teve como premissa comprovar que essas terras eram, de fato, indígenas. Por meio da correlação entre as histórias orais dos anciãos e outros registros históricos, um dos mais significativos documentos comprovativos foi a própria resistência botânica do território, mesmo após as múltiplas transformações devido ao avanço do desmatamento e a ocupação das fazendas de soja. As evidências botânicas ancestrais (forma e composição de certas formações vegetais, além da presença e disposição de certas espécies de árvores e palmeiras), que caracterizam o sítio arqueológico, foram capturadas pelas aerofotografias realizadas no reconhecimento da região a partir dos anos de 1940, durante a campanha de “atração e pacificação” do SPI.

A sobreposição desses registros históricos, junto às demais imagens de satélite produzidas no período da Guerra Fria pelo exército norte-americano e até as mais recentes, além de metodologias de análise visual forense, possibilitou a compatibilização da forma espacial, da localização geográfica e da dimensão das marcas encontradas nos assentamentos tradicionais Xavante. Foram identificados padrões de design florestal que seguiam as formas de arcos das ocupações dos grupos originários, rompendo com o discurso oficial de que eram “vazios demográficos” (Ottoni, 2023).

Essas provas materiais não apenas corroboram com a história oral transmitida pela população originária sobre sua ocupação ancestral no território, mas também reconhecem que as formações botânicas podem ser equiparadas a ruínas arqueológicas, traços e memórias decorrentes de assentamentos indígenas tão antigos

⁹ O discurso de negação da presença histórica dos Xavante na região tem sido usado para justificar invasões e representa uma ameaça aos direitos e à segurança das comunidades indígenas. O ex-secretário especial de Saúde Indígena, Rodrigo Rodrigues, contestou a demarcação da Terra Indígena Xavante de Marãiwatsédé durante um encontro com empresários do agronegócio em março de 2017, alegando que a área nunca foi terra indígena. Essa negação da presença ancestral Xavante também foi usada para tentar bloquear um projeto de desvio da rodovia BR-158 que corta a terra indígena (Tavares, 2020).

que deixaram profundas marcas em seus territórios. Isso reforça tanto a dimensão da memória coletiva do grupo quanto a memória da própria terra (Tavares, 2020). O caso de Marãiwatsédé¹⁰ ilustra como a construção da memória e da verdade histórica desses eventos, juntamente com a reparação das sérias violações cometidas contra as comunidades Xavante, representam um passo crucial para reverter o legado de apagamentos que ainda afeta essa população e coloca em risco a integridade de seu território remanescente.

Ao falar de Antropoceno, Tsing (2015) aponta que este é a era da perturbação humana. Ainda assim, de acordo com a autora, a perturbação, para além de nos levar à destruição, tem a potencialidade de realinhar as possibilidades para um encontro transformador acontecer: a emergência do que ela denomina de diversidade contaminada. Esse conceito trata da adaptação colaborativa de ecossistemas, modos culturais e biológicos de vida que se desenvolveram nos milhares de anos de perturbação humana, e que sobreviveram em meio às histórias de ganância, violência e destruição ambiental (Tsing, 2015; 2019). Em meio à diversidade contaminada, a autora explora os processos de simbiose que se desenvolvem em uma inesperada conjuntura histórica, e que podem surgir da articulação entre humanos e outros seres não-humanos no processo de modelar mundos.

Simbiose tem como significado a associação entre duas ou mais espécies que vivem conjuntamente e com vantagens recíprocas, sendo parte do processo evolutivo para que muitas formas de vida possam prosperar. Isso reforça a afirmação de Tsing (2019, p. 97) que “jamais fomos indivíduos”. Tanto os *matsutake* nas florestas *satoyamas*, quanto as formações botânicas ancestrais enraizadas na memória da terra Xavante são exemplos de como a evolução surge por meio de relacionamentos e não de unidades individuais, em um processo de negociação pela sobrevivência e continuidade histórica.

No caso do projeto “Memória da Terra”, melhor aprofundado neste artigo, este exemplifica a interseção crítica entre a memória, a ecologia e a justiça social no contexto do Antropoceno, alinhando-se com as perspectivas de Tsing (2015) e as reflexões sobre a memória cultural e histórica de Huyssen (2000) e Sarlo (2007). Ao resgatar as memórias dos povos Xavante através de evidências botânicas e arqueológicas, a pesquisa de Tavares (2020) não apenas denuncia as injustiças históricas e ambientais, mas também revela a resiliência e as histórias esquecidas dos povos indígenas, proporcionando um contraponto ao progresso destrutivo promovido pela modernidade capitalista. Esta abordagem ecoa a noção de “diversidade contaminada” de Tsing (2015), onde a vida floresce nas ruínas de perturbações humanas, demonstrando a capacidade de adaptação e coexistência entre humanos e não-humanos. Simultaneamente, ao valorizar memórias outras e multiespécies, a pesquisa desafia as narrativas hegemônicas e mercantilizadas da memória criticadas por Huyssen (2000) e Sarlo (2007), promovendo uma reflexão crítica sobre como a memória pode ser um instrumento poderoso para a construção de futuros mais justos e sustentáveis. Assim, a “Memória da Terra” exemplifica como a preservação e a ressignificação da memória são fundamentais para enfrentar as crises do Antropoceno e promover um diálogo mais inclusivo e reflexivo sobre nosso passado, presente e futuro.

¹⁰ Segundo Tavares (2020), a partir das oficinas conduzidas com os anciãos, foi possível identificar a maioria dos sítios arqueológicos. Alguns desses sítios apontam para as localizações das aldeias mais antigas e significativas do território ancestral dos A'uwe-Xavante. Contudo, a maioria dos sítios arqueológicos Xavante já foi destruída devido à expansão desenfreada do agronegócio e, muitos dos poucos remanescentes, como aldeias e cemitérios do século XIX, estão localizados fora das terras indígenas demarcadas. Isso coloca o patrimônio material e intangível em sério risco de desaparecimento. Sem acesso a esses locais históricos e culturais, os povos Xavante continuam a enfrentar o processo violento de apagamento. Assim, o objetivo final da pesquisa *Memória da Terra* foi produzir uma petição ao Iphan e à Unesco, solicitando o seu tombamento.

Isso nos mostra que a preservação da memória é fundamentada nas vivências sociais e culturais, servindo como guia para o exercício reflexivo na construção do futuro. No entanto, diante das transformações nas temporalidades, aceleradas pelas inovações técnicas, científicas, culturais e pelos novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade, os horizontes de tempo e espaço parecem encolher. Nesse cenário, a memória encontra-se em uma encruzilhada, enfrentando a dualidade entre ser capturada pelas estratégias do capitalismo neoliberal, consolidando mercados de memórias que representam valores e ideais sociais (Huyssen, 2000), ou transformar-se em algo fluído, transitório e efêmero (Sarlo, 2000).

Esta dicotomia ressoa especialmente no contexto do Antropoceno, em que a rapidez das mudanças e a busca incessante por inovações tecnológicas a serviço do mercado moldam uma nova paisagem temporal. A memória, em meio a esse turbilhão de transformações, é confrontada não apenas com o risco de ser instrumentalizada para perpetuar lógicas de consumo, mas também com a possibilidade de se tornar um elemento efêmero, sujeito à volatilidade das narrativas instantâneas. Assim, a dimensão da memória na contemporaneidade não apenas nos desafia a refletir sobre o passado, mas também nos convoca a reconsiderar como podemos preservar e construir narrativas significativas em um mundo que está constantemente em mutação.

Como Tsing (2019) afirma, que precisamos narrar histórias e memórias conturbadas, nas quais a diversidade contaminada emerge em sinergias colaborativas. O estudo de Tsing (2015; 2019) e o caso Marãiwatsédé são exemplos que permitem resgatar memórias e modos de (re)existir no mundo, que foram apagados e esquecidos pelo discurso oficial hegemônico em prol dos ideais modernos de progresso. Entretanto, os exemplos também demonstram que sempre haverá perturbações. Os *matsutake* crescem tanto em meio aos destroços radioativos, como na harmonia colaborativa entre humanos e não-humanos. Portanto, cabe a nós, perturbar a Terra de maneira diferente, uma perturbação saudável como as *satoyamas* e as memórias multiespécies, entrelaçadas nos territórios Xavante.

Considerações finais

Em um momento que rompe com a excepcionalidade humana e evidencia o quão finita é a sua existência, a dimensão da memória se revela como uma ferramenta crucial para compreender o Antropoceno. A consciência de viver em uma nova época geológica impacta profundamente as escalas de lembrança, esquecimento e apagamento. Olhar para essas memórias não apenas nos conecta ao passado, mas também permite atuar na própria persistência do porvir. Se, por um lado, a intrusão de Gaia nos conduz a recordar dos detritos da destruição ambiental, da conquista imperial e da busca pelo lucro que o capital impõe, por outro lado, ela também nos leva a buscar nas ruínas da devastação o que temos disponível como parceria para uma Terra habitável. Isso é evidenciado, por exemplo, na memória da terra Xavante e nas florestas *satoyamas*, revelando, como pontuam Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 156): “Há muitos mundos no Mundo”, e, neles, portanto, memórias e histórias outras a ressurgirem. Esse resgate pelas histórias da Terra não só enriquece nosso entendimento do presente, mas também oferece perspectivas para construir um futuro mais consciente.

Por outro lado, as ruínas, no contexto do Antropoceno, possuem um significado profundo e multifacetado. Elas representam, ao mesmo tempo, os vestígios tangíveis das ações humanas e os impactos devastadores que essas ações tiveram sobre o planeta. As ruínas são testemunhos materiais das promessas não cumpridas da modernidade, do progresso ininterrupto e da exploração desenfreada. Elas simbolizam a falibilidade e a transitoriedade das construções humanas frente às forças maiores da

natureza, destacando a fragilidade de nossa civilização diante dos ciclos geológicos e ecológicos.

Além disso, as ruínas evocam um sentido de perda e de memória, funcionando como marcos que nos obrigam a refletir sobre nosso passado e a reconsiderar nosso futuro. Elas são lembranças físicas das catástrofes ambientais, sociais e culturais que marcaram nossa história recente, e servem como advertências das consequências do modelo capitalista e extrativista dominante. Em um sentido mais amplo, as ruínas são emblemas da paisagem pós-moderna, caracterizada pela fragmentação e pela pluralidade de narrativas, onde cada pedaço remanescente conta uma parte da complexa interação entre a Terra e o projeto humano.

Portanto, as ruínas não são apenas restos passados, mas elementos ativos na construção de novas narrativas e identidades no Antropoceno. Elas desafiam a continuidade da experiência humana, impulsionando a necessidade de aprender com os erros passados e de preservar a memória como um recurso vital para enfrentar os desafios futuros. Em suma, as ruínas são tanto um símbolo de destruição quanto uma base para reflexão e reconstrução, fundamentais para a conscientização e a ação no contexto das transformações ambientais e sociais contemporâneas.

Referências

- BEIGUELMAN, G. *Da cidade interativa às memórias corrompidas: arte, design e patrimônio histórico na cultura urbana contemporânea*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CHAKRABARTY, D. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, Vol. 35, No. 2, p. [DOI: 10.1086/596640], 2009.
- DANOWSKI, D. ; VIVEIROS DE CASTRO E. *Há Mundos por Vir?* Rio de Janeiro: Editora Cultura e Barbárie, 2014.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.
- HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- LATOUR, B. *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a nova aliança natural*. São Paulo: Editora Ubu, 2020a.
- LATOUR, B. *Onde Aterrar? Como se Orientar Politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020b.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna: relatório sobre o saber*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MARGULIS, L.; LOVELOCK, J. E. Biological modulation of the earth's atmosphere. *Icarus*, San Diego, n.21, p.471-489, 1974.
- MENESES, U. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº. 34, p. 9-24, 1992.
- MOORE, J. *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Editora Elefante, 2022.
- NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: Editora PUC, 1993, p.7-28.
- OTTONI, A. *A Paisagem Desencantada: Fotografia e Ruína no Espaço Moderno*. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARLO, B. *Tiempo Presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2000.
- STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo, Cosac Naify, 2015.
- TADDEI, R. ., et al. A necessária indomesticabilidade de termos como “Antropoceno”: desafios epistemológicos e ontologia relacional. *Revista Opinião Filosófica*, 11(3), 2020. <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11.1009>
- TAVARES, P. et al. *A Ruína é, de Alguma Maneira, Nossa Fonte Epistemológica: Entrevista Com Paulo Tavares*. Sept. 2023, <https://doi.org/10.60001/ae.n45.2>.
- TAVARES, P. *Memória da terra: arqueologias da ancestralidade e da despossessão do povo Xavante de Marãiwatsédé*. Brasília: MPF, 2020. 215 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/livros>.
- TORRES, S. *Mal de Arquivo no Antropoceno: Ecomemória Especulativa*. Revista Porto das Letras, Vol. 06, Nº 4, p. 102-122, 2020.
- TSING, A. L. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Editora Elefante, 2015.
- TSING, A. L. *Viver nas Ruínas: Paisagens Multiespécies no Antropoceno*. Editora Elefante, 2019.